

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Faculdade de Formação de Professores

Departamento de Geografia

Pedro Benicio Almeida Pinto

**Produção social da cidade e a produção das áreas de Risco:
Estado, agir emergencial e fragmentação social em Niterói**

Rio de Janeiro

2016

Pedro Benicio Almeida Pinto

Monografia apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de graduação em Licenciatura Plena no curso de Geografia pela Universidade do estado do Rio de Janeiro sob a orientação da Professora Doutora Catia Antonia da Silva.

Orientadora: Professora Doutora Catia Antonia da Silva

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA

Pedro Benicio Almeida Pinto

**Produção social da cidade e a produção das áreas de Risco:
Estado, agir emergencial e fragmentação social em Niterói**

Monografia apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de graduação em Licenciatura Plena no curso de Geografia pela Universidade do estado do Rio de Janeiro sob a orientação da Professora Doutora Catia Antonia da Silva.

Banca Examinadora:

Prof°

Prof°

São Gonçalo

2015

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos que me ajudaram de alguma maneira, aos meus falecidos avó e avô e a todas as famílias atingidas na época de 10 de Abril.

AGRADECIMENTOS

O momento de agradecer é deveras difícil e complexo. Nessa etapa passam milhares de momentos da nossa vida que gostaríamos de agradecer por ter vivido. Se faz difícil, porque nunca lembramos de todos que passaram por nossa vida. Porém, é um registro importante de agradecimento.

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha orientadora e amiga Catia Antonia pela dedicação, pela paciência e acolhida no seu grupo de pesquisa. É uma grande honra fazer parte de uma história pessoal e acadêmica tão bonita. Quero agradecer por tudo que fez por mim desde o começo da minha vida de pesquisador, você foi como uma mãe que protege, idolatra e ajuda as suas crias.

Venho a agradecer também aos amigos que ganhei da minha infância até hoje, porque sem amigos não somos nada. Aos amigos do São Vicente de Paulo, da UERJ, dos cursos e da vida. Em especial a aqueles que tenho como irmãos, Marcelo Benvenuti, Arthur Alfradique, Caio Átila, Guilherme Calil e Adriano Castelo, e que sempre estiveram presentes nos mais diversos momentos da minha vida. Sei que sem vocês do lado não conseguiria chegar aqui. Lembro também dos amigos que fiz nesse último ano e que trouxeram muitas alegrias, saibam que são especiais. Como falava o professor Andrelino, nós também precisamos nos divertir porque só estudar e trabalhar não dá.

Ganhei nesse tempo alguns amigos especiais que são meus colegas de trabalho, meus professores queridos que me ajudaram sempre que precisei, desde do tempo da alfabetização até a faculdade. É complicado lembrar de todos, mas lembro especialmente dos papos com o Felipe Martins no último ano de colégio em que ele me deu muitos conselhos e me ajudou na difícil tarefa de escolha de curso acadêmico me passando sempre tranquilidade, está aqui é um singela lembrança das nossas conversas. Obrigado! Outro que me ajudou na faculdade com suas conversas desde de o primeiro período de faculdade foi o Andrelino, o qual tenho muito carinho. Enfim, obrigado a todos que passaram na minha vida, e saibam que todos são exemplo pra mim.

Agradeço aos meus colegas da turma 2011.2 de Geografia e dizer que todos foram de extrema importância para a minha formação e que a nossa amizade continue e que os nossos papos cabeças não acabem como falávamos quando saíamos de aulas que nos

faziam refletir. Que o nosso senso crítico continue gerando frutos nas salas e demais espaços possíveis.

Quero homenagear essa galera do grupo de pesquisa NUTEMC pela ajuda nessa fase da minha vida e dizer que vocês são especiais e que levarei pra minha vida. Os momentos que passamos juntos são sempre engraçados e elucidativos.

Quero agradecer ainda aos meus tios Paulo Castelo e Guiomar Castelo por tudo que me proporcionaram e dizer que vocês são demais. Tudo que fizeram foi me tornar um ser humano melhor. Muito obrigado!

Agradeço imensamente aos meus familiares, que dessa lista extensa lembro e agradeço especialmente aos meus tios Marcio e Benildo, minhas avós e meu avô Floriano! Saibam que todos vocês me mostraram o verdadeiro conceito de família e que levarei para o resto da vida!

Esse se torna o momento mais difícil de toda a minha vida, que é tentar de alguma maneira, se é possível, agradecer aqueles que me geraram. Meus pais possibilitaram que essa etapa fosse cumprida, por todo o esforço feito para que um dia eu pudesse me tornar um homem com caráter. Ivanildo e Sonia foram aqueles que não pouparam esforços para ser o que eu sou, sinceramente não existe nesse mundo, se existe ainda não foi criada, uma palavra para agradecer tudo que vivemos. Utilizarei o um humilde e simples, OBRIGADO!

RESUMO

Esse artigo monográfico é uma compreensão da produção social do risco no Rio de Janeiro, buscando articular discussões ligadas ao planejamento e gestão ambiental com a produção social da cidade, buscando compreender como elas desenrolam na cidade. A questão do risco está sendo discutida em âmbito internacional, dada tamanha sua importância para o mundo. A questão do risco foge do âmbito ambiental, ela vai além porque ela apreende o ser humano em sua interpretação, que é o que muitos esquecem quando tratam do assunto. Portanto, a discussão se faz necessária, no momento em que o Rio de Janeiro está passando e vem sofrendo com o cenário ambiental. Faremos levantamento das referências conceituais da questão do risco, conectada ao planejamento ambiental, juntando com a discussão da produção social, compreendendo dentro desse meio o Estado que tem seu papel fundamental nessa temática.

Palavras-chave: Produção Social, Estado, Planejamento urbano, Gestão urbana, risco

Lista de Ilustrações:

Figura 1 – Imagem de ameaças naturais do estado do Rio de Janeiro	26
Figura 2 – Imagem do jornal O Fluminense	32
Figura 3 – Mapa da divisão Regional do estado do Rio de Janeiro.....	34
Figura 4 – Mapa da divisão Regional de Planejamento de Niterói.....	35
Figura 5 – Mapa da divisão dos bairros de Niterói.....	36
Figura 6 – Mapa Físico do estado do Rio de Janeiro.....	38
Figura 7 – Imagem das rachaduras do prédio entregue aos moradores do Morro do Bumba.....	39
Figura 8 – Mapa do total de registros de desastres naturais por municípios do Rio de Janeiro no período de 1910 a 2010.....	41
Figura 9 – Gráfico dos desastres naturais recorrentes no Rio de Janeiro e frequência mensal dos desastres naturais mais recorrentes no Rio de Janeiro.....	41

Sumário:

Introdução.....	11
1- Do padrão Arquipélago à industrialização: uma breve contextualização do Brasil.....	12
a) Do Brasil padrão arquipélago à industrialização.....	12
b) Início da Ocupação do Rio de Janeiro e a história da modernização na expansão urbana: primeiros registros dos impactos ambientais	14
c) A Política Urbana no Rio de Janeiro	17
d) Apanhado Histórico de Niterói.....	19
e) Planejamento e Gestão Urbana.....	20
2- Análise de risco e desastres naturais do Rio de Janeiro	22
a) A Geografia Física do Rio de Janeiro.....	22
b) Os desastres naturais ocorridos.....	24
c) Conceituando o risco.....	27
d) Judicialização do risco.....	30
3- Processo de urbanização, riscos e problemas ambientais em Niterói: compreendendo a área de estudo.....	34
a) Compreendendo a área de estudo.....	34
b) Relações entre Estado, sociedade e espaço geográfico: contexto dos riscos e classes sociais.....	36
c) O caso do Morro do Bumba e suas negligências.....	40
Considerações Finais.....	43
Referências Bibliográficas.....	44

INTRODUÇÃO

No período de Abril de 2010 aconteceu no Estado do Rio de Janeiro inúmeros casos de dinâmicas naturais que levaram ao Estado entrar em alerta quanto aos fatos. O relevo do Estado do Rio de Janeiro é irregular, composto por baixadas, maciços e terras altas, fazendo com que a ocupação seja dificultada devido ao terreno irregular. O Estado do Rio de Janeiro não deveria ter uma população grande devido as suas limitações físicas, portanto deveria haver um processo de regularização e administração do seu crescimento para que não houvessem os problemas futuros.

O nosso interesse nessa monografia é uma reflexão a respeito dos desastres naturais que ocorreram no Rio de Janeiro, procurando entender os processos de produção do espaço, como lugar de moradia e os elementos que podem ter influenciado, principalmente, na relação do homem com a natureza. Buscamos compreender também, alguns conceitos e suas conexões com o tema, tais como: desastres natural, risco, planejamento e gestão urbana e política urbana. Dessa análise procuramos mostrar que existem intencionalidades e omissões que nos levam a uma compreensão mais ampla do ocorrido. Esse entendimento nos permite relacionar a sociedade e o poder público com a dinâmica urbana.

A metodologia que utilizamos foram levantamentos de dados históricos do Rio de Janeiro para compreender o contexto, analisemos matérias de veiculadas por jornais, revistas, sites e entrevistas e acessamos os sites dos órgãos públicos relacionados ao tema da pesquisa. Posteriormente, integramos fontes bibliográficas que dialogam com o processo de transformação sócio espacial, tais como: Ruy Moreira, Milton Santos, Niko Polantzas, Luciana Correa Lago e outros. O risco é uma pauta internacional, atrelado ao planejamento urbano e a produção social do espaço, torna a discussão relevante, principalmente, se tratando do Estado do Rio de Janeiro. O trabalho está dividido em três partes, primeiramente contextualizamos o cenário do Rio de Janeiro no cenário nacional. Na segunda parte debatemos o risco e o planejamento urbano e por último caracterizamos a área de estudo e as relações nele inseridas.

Capítulo 1 - Do padrão arquipélago à industrialização: uma breve contextualização do Brasil

a) Do Brasil padrão arquipélago à industrialização

O Brasil na virada do século XVIII para o século XIX uma economia voltada para a exportação, onde se tinha um padrão arquipélago como diz Ruy Moreira em seu livro "Formação do espaço agrário brasileiro" (1990) que era agrarista exportador com o controle do território. O Brasil nessa fase era dividido em arquipélagos (seriam regiões independentes) econômico, social e político, porém era uma fragmentação analítica porque havia articulação entre os arquipélagos. Os arquipélagos se conectavam diretamente com o exterior sem ter nenhuma relação nacional. Dessa forma, as colônias faziam pactos coloniais com seu colonizador de forma direta sem haver necessidade de ter uma relação nacional.

Esses arquipélagos eram um conjunto de ilhas econômicas voltadas para o exterior com um alto grau de especialização produtiva formando complexos produtivos regionais, com produções como a cana de açúcar, café, algodão e pecuária, mineração e as drogas do sertão. A relação com a terra nessa fase era a lei das Sesmarias, na qual lembra Ruy Moreira que o "acesso à terra deve ser proporcional ao número de escravos de propriedade que tem cada senhor" (Moreira, 1990, p.11) e pelo uso efetivo da terra, que era a capacidade de utilização da terra. Nessa época, a fragmentação social e econômica era uma forma de unidade nacional, porque apesar de fragmentar cada região, cada um tomava conta da sua própria produção e se ajudando e evitando conflitos e divergências. A constituição de 1891 da poder aos governos estaduais sobre o território que começa a legislar a propriedade da terra.

No início do século XX, por volta ano de 1930 com Getúlio Vargas, inicia-se a integração territorial. Getúlio Vargas longe das influências das oligarquias agrárias tenta mudar o projeto societário, através das indústrias. Inicialmente ele consolida as leis trabalhistas, anteriormente a mão de obra escrava era muito utilizada e com a lei áurea de 1888 e a vinda de imigrantes em 1870 passa a ser adotado o trabalho assalariado. Porém, os centros urbanos passam a ser o ponto de apoio a atividade agrária, incluindo o suporte

para as atividades de exportação comerciais e industriais complementares. Com isso, começa o aumento de importância dessas regiões. Inicia-se a aparição de transportes, manufaturas e aumenta o gasto dos consumidores nessas regiões, porque elas tinham os produtos de várias regiões e inclusive as exteriores. Nessa fase a indústria e os centros urbanos serve de suporte para a sociedade agrário-exportador, mesmo no modelo agrarista-exportador aparecem pontos industriais, mas não gera industrialização (onde a indústria é o centro motor da sociedade).

Getúlio Vargas unifica o mercado de trabalho e unifica o mercado urbano como sendo o lócus do capital. O projeto nacional agrarista-exportador-imigrantista passa a ser projeto de industrialização por “substituição de importações”. A fonte de financiamento para as indústrias de base, que foram instaladas, foi a tributação sobre a agro exportação. Com isso, o Estado passa a regular e unificar todo o território nacional, principalmente através dos órgãos reguladores e de pesquisa, como o IBGE. Porém, a concentração de investimentos industriais encontrava-se no eixo Rio- São Paulo. A industrialização brasileira não foi a clássica, porque não dizimou os agroexportadores, visto que os tributos da agro exportação gerava moeda estrangeira que financiava a industrialização. Essa era feita através das reservas cambiais que vende o produto para o exterior, faz-se o contrato, o pagamento vai ao banco central e recebe-se em moeda nacional, e com o excedente investe-se em indústrias.

O Rio de Janeiro, a partir dessa fase passa a ser um ponto central da época e para a industrialização, porque ela concentrava grandes indústrias brasileiras e comandava todas as outras, sendo o centro de comando no Brasil. Com isso, começa a haver uma redistribuição dos estoques populacionais onde inicia o processo de migração campo-cidade e das demais regiões em direção ao sudeste, junto desse processo começa a surgir favelas, conjuntos habitacionais e loteamentos no Rio de Janeiro. Então, a indústria começa a regular o espaço urbano, reproduzindo a sua organização. Como lembra Milton Santos no seu livro “A Urbanização Brasileira” (2013) a industrialização gera uma urbanização do território, na qual ele chama de urbanização aglomerada, ou seja, difunde-se núcleos habitacionais de 20 à 50 mil habitantes. O Estado através do discurso da modernização e sua expansão, busca integrar o território através da construção de redes técnicas e um planejamento regional. A circulação de informação é a circulação para o capital.

O planejamento regional tinha como discurso os seguintes objetivos: diminuir as desigualdades regionais, a desconcentração econômica e a expansão da modernização. (Oliveira, 1972)

b) Início da Ocupação do Rio de Janeiro e a história da modernização na expansão urbana: primeiros registros dos impactos ambientais

Lysia Bernardes e Maria Therezinha em seu livro “Rio de Janeiro – cidade e região” (1987) o Rio de Janeiro, em seu início, tinha a função de sítio defensivo (proteção) porque a baía estava cercada de morros que tornava segura contra o ataque de qualquer inimigo.

Os portugueses depois das primeiras viagens para exploração e reconhecimento do litoral brasileiro descobriram a baía de Guanabara e perceberam “as qualidades da Guanabara como abrigo seguro, dispondo ainda de ótimas aguadas” (BERNARDES, 1987) Com a presença de franceses na região da Guanabara e a presença hostil dos tamoios (instigados pelos franceses) fez com que os portugueses fundassem o rio de Janeiro como uma forma defensiva,

O que interessava aos colonizadores portugueses para fixar o germe da atual cidade era um sítio defensivo. Sítio que permitisse guardar a Guanabara contra nova tentativa de fixação dos inimigos e também contra a ameaça que os tamoios hostis representavam para as povoações já existentes na capitania. (BERNARDES, 1987)

A parte oeste da baía era a de melhor instalação humana. O primeiro núcleo dos portugueses se estabeleceu entre o Morro Cara de Cão e o Pão de Açúcar, chamada de Vila Velha. Entretanto, foi percebido que o local não era bom para se estabelecer um núcleo que se expandiria, visto que os franceses já dominavam o interior da baía com o apoio dos tamoios. Os portugueses precisavam de um lugar estratégico para um estabelecimento permanente, como a Bahia, possibilitando a construção de um porto para a ocupação. “E com esse objetivo, foi transferida a povoação para o Morro de São Januário, mais tarde conhecido como Morro do Castelo.” (BERNARDES, 1987) Mas como a autora nos lembra:

Contudo, indubitavelmente, o morro de São Januário, com seus 60 metros de altura, era deles o que melhor respondia ao que, naquela conjuntura, se poderia desejar. Com efeito, situava-se em um promontório, ou melhor, um tombolo, quase isolado do continente, pois pântanos e lagoas estendiam-se à retaguarda das estreitas praias que formavam a linha de costa, o tornava quase inexpugnável por terra. Ao norte do morro estava o fundeadouro mais abrigado e aí venham ter as naus, que também podiam se proteger no Boqueirão, a lagoa situada logo ao pé do Castelo. Além disso, de todos os morros era o que dominava mais completamente a entrada da barra, fiscalizando a entrada das naus, permitindo, ao mesmo tempo, a observação do interior da baía (BERNARDES, 1987)

A escolha do morro do Castelo estava associado também a não necessidade de aterragem ou drenagem da planície visto que seriam nas planícies que nasceriam as primeiras ruas, levando em conta a maior facilidade da ocupação.

A Guanabara desempenhou, na visão dos intelectuais e modernizadores da época, um papel fundamental para a importância que a cidade do Rio de Janeiro conquistaria com o passar dos anos, pois era um elemento fundamental para a continuidade do processo de colonização, como primeiramente foram as razões militares que motivaram a ocupação em seu recôncavo, foi inventada a Guanabara a “vocação” de base para apoio militar. Porém, o seu valor não se perdeu:

Por outro lado, ao correr das constantes lutas de período colonial, a Guanabara não desmereceu o valor estratégico de revelara inicialmente, confirmando sua vocação como base de apoio para operações militares. (BERNARDES, 1987)

Na baixada da Guanabara o desenvolvimento de áreas de produção canavieira, fizera do Rio de Janeiro um porto com um fluxo alto. Dando início a uma nova função para o Rio, a de entreposto comercial e ponto exportador para a metrópole. O papel de porto de açúcar como principal atividade permaneceu até início do século XVIII como a principal atividade do Rio de Janeiro, sobrepujando a função militar originalmente dada. No século XIX a função de porto para a economia açucareira praticamente cessou com o colapso deste tipo de economia.

Com a economia aurífera aumentando exponencialmente no interior do país, deslocando para o Sul do país o seu eixo econômico, mais precisamente em Minas, a abertura de novos caminhos do interior para o litoral tiveram um enorme impacto positivo e um dos fatores de maior importância, as comunicações cada vês mais diretas entre Minas e Rio de Janeiro a cidade adquiri sua preponderância, e graças as vantagens da posição da

Guanabara, mais próxima que Salvador das Minas Gerais e do extremo sul da colônia o Rio de Janeiro arrebate de Salvador a função de capital. Bernardes nos lembra dessa ligação de Minas Gerais e Rio de Janeiro,

Mas a abertura de um caminho terrestre, drenando para o Rio de Janeiro o ouro de Minas foi, sem dúvida, fator de maior importância. Desde 1697, além de incluir as capitanias do extremo sul, a jurisdição do Rio de Janeiro se estendia também sobre os negócios das Minas e, no ano seguinte a capitania de São Paulo, exceto para os casos de justiça, fica igualmente subordinada ao Rio de Janeiro. (BERNARDES, 1987)

O Rio de Janeiro ganha não somente o papel de capital político e administrativa, mas o de capital econômica, porto e centro comercial, com o surgimento da era cafeeira, como nos mostra Bernardes:

Se foi o ouro que fez o Rio de Janeiro, apesar de sua situação periférica, voltar-se para o interior, e o café, dando raízes seguras a essas vinculações, contribuiu para assegurar-lhe função de comando na economia de toda uma vasta área do Brasil Sudeste..., seu porto, apoiado na rede ferroviária e rodoviária, manteve sempre vivos esses contactos, garantindo-lhe sua função de metrópole. (BERNARDES, 1987)

A autora Lysia Bernardes se utiliza da visão da Geografia Clássica La Blacheana de cunho descritivo onde acreditava e exaltava a modernização como ato civilizatório chamado de possibilismo. A Geografia Clássica leva em consideração uma ideologia descritiva e ideográfica, de um modo mais intuitivo, que busca partir do particular para o geral. Paul Vidal De La Blache acreditava que a Geografia era uma ciência dos lugares e não dos homens. O problema é que a Geografia sendo um estudo dos lugares não levaria em consideração a interação social, passando a estudar apenas seu resultado. La Blache acreditava que o meio influenciava o homem, mas dependendo das condições técnicas e do capital de que dispunha, podendo de certa maneira, o homem influenciar o meio. A partir disso, surge o termo possibilismo criado por Lucien Febvre.

De acordo com a região do Rio de Janeiro percebemos que ele não é um Estado e uma capital propícia para haver uma urbanização sem ter um controle. O Estado do Rio de Janeiro possui um relevo muito acidentado, por isso fica difícil o seu ordenamento territorial. Por conta disso, é necessário ter uma política urbana bem planejada e de

controle. Partindo desse princípio procuramos compreender um pouco da política urbana do Rio de Janeiro, para que então possamos analisar o planejamento e a gestão do mesmo.

c) A Política Urbana no Rio de Janeiro

Lago (1991) analisa o Rio de Janeiro a partir da década de 80 onde ele começa a passar por um processo de (re)urbanização havendo mudanças significativas na moradia ilegal e na legislação urbana. A crise econômica foi impulsionante nessa fase, em conjunto, com a política neoliberal, que não constitui um planejamento urbano, junto com constituições e planos diretores. Essa medida política levou a privatizações de empresas estatais e a diminuição do orçamento destinado as políticas sociais, como a política habitacional. Por conta disso medidas políticas vê-se a expansão dos assentamentos clandestinos, devido as condições, engessando o controle por parte da administração pública municipal. Com a democratização, nos meados da década, recuperou-se o planejamento urbano no sentido de garantir a moradia através do controle do uso do solo. É perceptível que há uma ambiguidade na tentativa de controle por parte do Estado, e ao mesmo tempo, um descontrole sobre o processo.

Os autores Cardoso e Lago (1993) questionam a década de 80, conhecida como a década perdida, porque se por um lado estava instaurada uma crise econômica por outro tinham indicadores globais de que a pobreza havia melhorado. Por conta disso, os autores resolvem desenvolver uma pesquisa sobre os níveis de pobreza, tais como saneamento, serviço de água e esgoto sanitário. A década de 80 foi marcada pela crise econômica e por um quadro de mudança na maneira do ordenamento das grandes cidades brasileiras. Entretanto, no meio dessa crise nos revela que,

Se os indicadores globais de pobreza apresentam melhora, verificamos, por outro lado, a difusão da pobreza por todo o tecido urbano, expressa pela expansão das favelas e moradias provisórias em espaços públicos. (CARDOSO; LAGO, 1993, p.68)

Da década de 60 até 80 houve uma produção intensa de lotes de baixo investimento garantindo a inserção das camadas mais pobres na aquisição da casa própria,

aliada a autoconstrução e a grande oferta de empregos e lotes na periferia, contribuindo com a entrada da população mais pobre na economia urbano-industrial brasileira. Da década de 80 e diante, o quadro muda devido as dificuldades econômicas, e então, o acesso à terra (moradia própria) caí e começa-se o processo de ocupações ilegais, sendo uma alternativa. Os autores chamam atenção para:

É interessante destacar, aqui, a emergência de um novo padrão de assentamento clandestino nas áreas periféricas do Rio de Janeiro. [...] Há um acordo entre os ‘adquirentes’ de lote e o ‘grileiro’ de terra, no que se refere à não-titulação da propriedade e ao não cumprimento das exigências urbanísticas. (CARDOSO; LAGO, 1993, P.70)

Essa diferença no padrão de moradia popular, que passa a ser ilegal, impossibilita o saneamento e as demais benesses que poderiam ser atribuídas. Esse período e problemática vem a coincidir com a instalação do Morro do Bumba, sendo um problema de toda a parte metropolitana do Rio de Janeiro. Adauto Cardoso e Luciana Lago (1993,p.70) nos mostram a manifestação desse padrão de moradia:

Grande parte dos loteamentos periféricos foi produzida ilegalmente, seja pela falta da titulação da propriedade da terra – caracterizados pelas administrações públicas como clandestinos – seja pela não-concordância com as normas urbanísticas em vigor – caracterizados como irregulares. [...]No caso das favelas, o direito legal é substituído por um direito social pautado na necessidade de morar de qualquer indivíduo. O reconhecimento desse direito pelo poder público garantiu, na década de 80, o fim da política de remoção de favelas, levando a uma melhoria das condições de moradia nos assentamentos já consolidados. (CARDOSO; LAGO, 1993)

Na década de 80 com o agravamento da crise econômica, gerando uma crise habitacional que modificou a estrutura e dinâmica do espaço urbano. Essa crise ocasionou o enfraquecimento das classes médias e levou a uma verticalização das áreas da classe alta, com a sua maior concentração geográfica. Em conjunto com essa dinâmica pode-se perceber o crescimento abrupto das favelas próximas as áreas centrais, gerando “o padrão periférico de ocupação do solo” – a produção extensiva de loteamentos populares – vigente

nas décadas de 60 e 70 – é substituído pelo adensamento dessas áreas via ocupações ilegais. O que gerou a crise foram a inflação, arrocho salarial e a elevação do preço da terra.

Como nos lembra Manuel Castells (2014, p.99) em seu livro “A Questão Urbana”, a urbanização da América Latina tem especificidades bem próprias. A ausência de uma conexão entre o emprego industrial com o crescimento urbano, o rápido crescimento urbano, falta de empregos para a população urbana, o desequilíbrio da rede urbana, todas essas características reforçando a segregação social levando a uma estratificação do consumo. Ele complementa lembrando que essas disparidades urbanas leva ao crescimento do serviço terciário, principalmente surgindo os pequenos comércios e os vendedores ambulantes, de trabalhos não especializados e transitórios (bicos). Com isso, surgem como Castells (2014) bem lembra surgem os catadores de lixo, que são especializados em achar objetos e materiais nos depósitos de lixo.

d) Apanhado histórico de Niterói

Niterói inicia tem seu início de ocupação e segregação parecido com o Rio de Janeiro, no início do século XX. O seu processo se iniciou pela entrada da baía de Guanabara. Porém, nas regiões mais interioranas percebe-se pequenas populações divididas em diferentes povoados, geralmente ao redor de fazendas ou chácaras. A partir do desmembramento das chácaras que o processo de ocupação se inicia, povoando de maneira mais expressiva a região norte de Niterói, nos altos do Morro do Calimbá. As localidades que mais se destacam nesse período são o da Peña e a do Cubango. (SOUSA, 2014)

O crescimento de Niterói sempre está muito atrelada ao do Rio de Janeiro, então conforme o Rio de Janeiro crescia e se desenvolvia, Niterói acompanhava esse crescimento. Por volta de 1930 começa o processo de industrialização em Niterói, levando a fragmentação das fazendas em loteamentos. O seu desenvolvimento se intensifica entre 1930 e 1950 devido ao grande investimento em infraestrutura que a região recebeu. Soma-se aos investimentos a construção da Ponte Rio-Niterói e a oferta habitacional alavancam o processo de ocupação de Niterói, aumentando o número populacional de Niterói de uma

maneira expressiva. Junto dessa grande massa populacional que a aparece começa, a se forma o processo de favelização de Niterói concomitante ao processo de segregação espacial. Devido à valorização dos imóveis da zona sul de Niterói e a crise do setor financeiro. (Sousa, 2014)

e) Planejamento e Gestão Urbana

A questão do risco aparece no planejamento urbano, sendo chamada de gestão de riscos ambientais em ambientes urbanos, e foi incorporado quando a sociedade percebe a carência de políticas públicas para as consequências de uma determinada localidade. A gestão do risco aparece como um meio de criar artifícios para os fenômenos ambientais. O aparecimento dessa temática surge com o aparecimento da crise urbana e dos grandes acidentes. De modo geral, esses acidentes ocorrem com populações pobres que são mais vulneráveis, porque ocupam localidades com menos infraestruturas. No fim do século XX para o XXI surgem diversos órgãos que buscam desenvolver práticas para minimizar os impactos, em conjunto surgem eventos em todo o mundo para se discutir o tema. Em 2003, o Ministério das Cidades fez com que a gestão de riscos fosse um conceito da pauta da gestão urbana.

Para compreender a problemática dos desastres naturais é preciso entender um pouco de planejamento urbano. Planejamento urbano, segundo Souza (2004) seria uma forma de pensar e se preparar para as condições de um futuro a longo prazo. É uma tentativa de prever o futuro através de simulações com o objetivo de antecipar e se precaver sobre um possível problema.

Entretanto lembra Souza (2004) houve uma popularização do termo gestão que veio a dificultar a concepção de planejamento, porque se passou a deixar um pouco de lado o planejamento e se voltar para a gestão. A gestão nada mais é do que a administração de recursos e problemáticas no momento presente, no momento imediato, a curto e médio prazo. O planejamento nada mais é do que a prevenção de um futuro, e a ausência de um planejamento, é a abdicação de uma possibilidade de escolha do futuro. Apesar das diferenças entre o planejamento e a gestão, eles nos mostram que é fundamental caminharem juntos.

A problemática que sempre acontece é que a cada governo (ou seja, de 4 em 4 anos), quem assume o poder, surge com uma nova estruturação do planejamento, e que as vezes nada tem a ver com o que estava sendo feito anteriormente, mudando a própria gestão que vinha sendo feita. Essa ação prejudica o futuro e suas possibilidades de compreendê-lo, ou seja, prejudica o processo que estava ocorrendo.

Como afirma Denílson Araújo (2011) em seu texto “Velhos problemas e seus novos desafios: a questão da moradia/habitação nas metrópoles no Brasil” a urbanização capitalista do território e da sociedade faz com que o território seja estruturada por localidades selecionadas pelos interesses de classes. Calcada na lucratividade do capital imobiliário e no discurso do progressivismo econômico. Essa urbanização nos tem revelado um modelo concentrador e excludente, segregando o espaço, e selecionando os espaços convenientes ao mercado e deixando o resto para os pobres. Em geral áreas com pouca infraestrutura e muitas vezes distantes. Essas áreas são as, de modo geral, com maior probabilidade de ocorrência de problemas e desastres naturais. Ou seja, são áreas descartadas, que acolhem a massa de trabalhadores que não possuem condições financeiras. Geralmente, são áreas de terrenos acidentados que em sua maioria, pode ocorrer movimentos de massa, dentre outras situações.

A Ana Clara Torres Ribeiro compreende o planejamento e a gestão do território como uma forma de manipulação dos atores hegemônicos como um processo de segregação, como explica abaixo

Através desta linha de reflexão o planejamento perde sua racionalidade técnica, expressando, em sua racionalidade e em sua técnica, os interesses hegemônicos que usufruem da cena urbana como limiar/patamar histórico indispensável ao alcance e à subordinação de novos espaço, novas populações, novas produções e novas riquezas às formar modernas de realização e acumulação capitalistas. (Ribeiro, 1986)

Portanto, há um jogo de interesses por trás das ações do Estado, onde ele faz a sua gestão voltada para as áreas de acumulação do capitalista para que com isso possa beneficiar aqueles interesses hegemônicos.

Capítulo 2 - Análise de risco e desastres naturais do Rio de Janeiro

a) A Geografia Física do Rio de Janeiro

A Cleide Rodrigues em seu texto “A Teoria Geossistêmica e suas contribuições aos estudos Geográficos e Ambientais” busca resgatar referências teórico-metodológicas da Geografia, principalmente da Geografia Física para relacionar com a Teoria Ecossistêmica, tendo como objetivo melhorar e ampliar a compreensão do espaço geográfico.

A Geografia Física sofreu a partir do século XX uma certa negligência por parte da geografia, por conta da divisão entre Geografia Física e Humana. Nesse período segundo Rodrigues (2001) as mudanças de categorias analíticas passou a ser temida por conceber aspectos incorretos da realidade. Por isso, a parte física ficou vista como impossibilitada de responder as questões da realidade, por conta disso não seria necessária para a Geografia. Toda essa fase teve uma grande influência da escola naturalista, que estava ligada aos estudos de Von Humboldt e Von Hitchthofen que tinham como necessidade e influencia, a observação e a descrição detalhado no campo.

Em 1901 Von Bertalanffy biólogo alemão criou a Teoria Geral dos Sistemas. Essa teoria baseia-se na segunda lei da termodinâmica, e defende que o todo é maior do que a soma das partes. Dessa forma um certo fenômeno deve ser estudado sobre a ótica sistêmica, levando em conta os fatores, ou subsistemas. Nessa teoria há um arquétipo organizacional que caminha da ordem para a desordem. Essa teoria foi utilizada pela Ecologia, inicialmente, que propôs a teoria dos ecossistemas. Posteriormente, a Geografia a utiliza como forma de juntar os setores que estavam separados pela Geografia, e Victor Sotchava elabora inicialmente a teoria Geossistêmica, melhorada posteriormente por Georges Bertrand. Georges Bertrand é quem dá uma maior proporção a essa teoria.

A Geografia Humana ainda demora um pouco para aceitar essa interpretação, mas com tempo ela se rende a interpretação porque ela leva em consideração as relações sociais e econômicas, generalizando e interligando os conhecimentos geográficos. Portanto, passa a ser mais complexo, analisando todas as partes de um todo e sendo ela um sistema aberto.

A Teoria Geossistêmica tem suas possibilidades e limitações, levando ela a ser importante para o Planejamento Ambiental. Essa teoria nos leva a inter-relacionar as ações antrópicas com as naturais com o objetivo de ter uma melhor compreensão do processo e procurar uma solução. Essa formulação de compreensão é fundamental para o planejamento físico-territorial, indiferentemente da apropriação ou direcionamento político. Entretanto, ainda hoje, alguns geógrafos que acreditam que essa abordagem é apenas da área física, fazendo então com que se permaneça a cisão na ciência geográfica que se deu em meados do século XX.

Na geomorfologia a complexidade permite o intercruzamento de conceitos clássicos e conceitos novos a partir de sistemas complexos das mais diversas áreas. Os sistemas complexos tem como característica a não-linearidade, a presença de atratores e repulsores, a auto-organização, são sistemas abertos e dialogam através dos aspectos físicos e sociais.

Porém, para se compreender tais sistemas é preciso entender a ideia de sistema trazida por Mattos e Perez Filho (2004), onde é preciso considerar o todo do conjunto, as suas partes e as inter-relações existentes. Então para criar um sistema é necessário um diálogo entre as todas as partes e o todo.

A parte da estabilidade é associada a manutenção da identidade do sistema ligado ao seu padrão organizacional, a sua coerência interna, tornando-o estável. Esse sistema pode apresentar resiliência, que seria a capacidade do sistema após um período de perturbação retornar ao estado que encontrava anteriormente. A estabilidade em geral é associada a paisagem, mediante a interação dos elementos que a compõe. A paisagem pode ter uma dualidade onde pode estar em equilíbrio (do ponto de vista da estabilidade) e em desequilíbrio (do ponto de vista termodinâmico).

Exemplificando a teoria, Mattos e Perez Filho (2004) apresentam uma bacia hidrográfica que apresenta um fluxo constante de matéria e energia, constituída como um sistema aberto, apresentando também um alinhamento hierárquico marcado por bacias de menor ordem, que por sua vez, apresenta sub-bacias podendo ser subdividida em subsistemas, então variando com o seu objetivo de estudo.

Os autores vão além na exemplificação, demonstram que as bacias no decorrer do seu curso apresentam diferentes comportamentos, onde apresentam diferentes estados de estabilidade. Na montante encontramos diferente comportamento do que a jusante, porque

encontramos diferentes dinâmicas pluviométricas, relevos, vegetações, litologias que fazem com que esses sistemas tenham características diversas.

Para se compreender a complexidade deve-se pensar a paisagem de forma sistêmica levando em consideração as inter-relações entre os componentes.

b) Os desastre naturais ocorridos

Os desastres naturais, segundo Tominaga (2012) são fenômenos naturais que atingem áreas ou regiões habitadas pelo homem onde podem vir a causar danos. Segundo Tominaga

No Glossário da Defesa Civil Nacional, desastre é tratado como sendo 'resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais. A intensidade de um desastre depende da interação entre a magnitude do evento adverso e o grau de vulnerabilidade do sistema receptor afetado (Tominaga, 2012)

O que devemos lembrar é que desastre natural, que é colocado pela autora, na verdade, não deveria ser chamado dessa maneira. Visto que o Planeta Terra tem sua dinâmica natural a bilhões de anos. Não podemos simplesmente ignorar tudo que aconteceu e que está acontecendo, apenas particularizando aquilo que nos afeta. Por conta disso, devemos respeitar a natureza com aquilo que é de sua dinâmica natural. Lembro que seria mais apropriado e interessante, nos atermos e compreendermos o emprego dos termos que empregamos para não descaracterizar o real fenômeno. Portanto, o que ocorre não é um desastre natural, e sim, uma dinâmica natural.

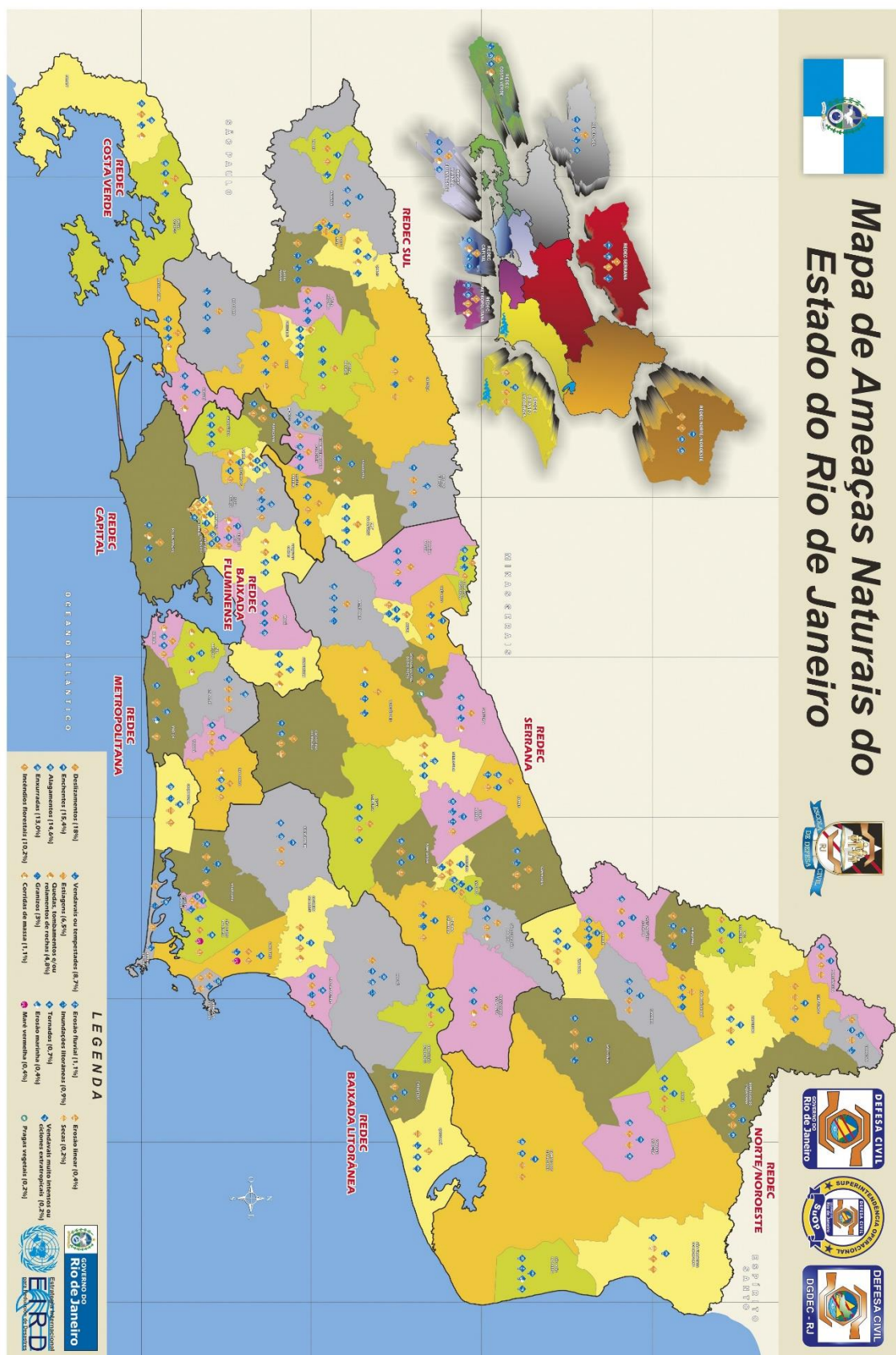
No Estado do Rio de Janeiro os desastres naturais começam a ser noticiados, ou seja, a aparecer no ano de 1966 com a globo: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/enchente-no-rio-1966.htm> que no seu arquivo mostra a intensidade que foi e que se comparado a outros posteriores são muito parecidos. Com isso, vemos que no decorrer do tempo não se modificou muito o cenário de desastres naturais, e que esses são os mesmos, parece que estamos vendo uma repetição dos mesmos incidentes. Analisando o desastre de 1966 e de 2011, percebemos que é recorrente a intensidade dos fenômenos naturais na região e que o

fenômeno aumentou sua proporção triplamente, levando em consideração o aumento populacional da região e a desorganização territorial.

Os fenômenos naturais estão ligados, em sua maioria, aos agentes externos, ou seja, água, vento e homem. Esses agentes externos geram os fenômenos naturais que são as inundações e enchentes, os escorregamentos de solo e tempestades, em conjunto, geralmente, com as ações e modificações antrópicas (feitas pelo homem). Estes acontecimentos estão ligados a eventos pluviométricos intensos e prolongados. Os fenômenos são apontados como consequência do processo de urbanização desordenada do território, onde são encontradas residências alocadas em áreas inapropriadas por conta das características geológicas e geomorfológicas da região.

O mapa a seguir mostra as principais ameaças Naturais do Rio de Janeiro. Nele podemos ver que as principais ocorrências do Estado do Rio de Janeiro são os deslizamentos, enchentes e os alagamentos.

Figura 1 – Mapa de Ameaças Naturais do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: <https://www.mindmeister.com/pt/376772296/mapa-de-amea-as-naturais-do-estado-do-rio-de-janeiro-2014>, 2015.

Outra problemática dessas localidades são as intervenções antrópicas nestes relevos, sem as devidas orientações que deveriam ser feitas. Em sua maioria, são efetuados cortes, aterros, desmatamento, lançamento de lixo e esgoto; sem as devidas orientações e precauções pertinentes. Quando é feito um grande adensamento das áreas precarizadas e com problemas estruturais do relevo, aumenta-se as probabilidades de catástrofes que levam a perdas econômicas e sociais.

A conclusão que se chega é de que sabemos lidar com os riscos decorrentes das dinâmicas naturais, havendo uma estrutura de organização para esse enfrentamento. Porém, as ações preventivas não são levadas em consideração, não são executadas, apesar de se ter conhecimento não se tem uma preocupação com a gestão de riscos em áreas urbanas. Esse descuido com a gestão de risco é o que foi visto no Morro do Bumba, que mesmo tendo sido feito mapeamento das áreas de risco de Niterói não houve uma mobilização para as possíveis contenções de prováveis desastres que podiam vir acontecer, e aconteceram.

"Outra questão que deve ser enfatizada é quanto à necessidade de respeitar e fazer respeitar, por meio da fiscalização, a legislação ambiental, uma vez que as áreas de preservação permanente (APPs), que abrangem as margens de corpos d'água (rios, lagos, lagoas), as encostas íngremes e os topos de morros são naturalmente suscetíveis à inundação e escorregamentos, com potencial de se tornarem áreas de risco, ao serem ocupadas."(Tominaga, 2012)

Segundo o Jornal Fluminense do dia 10/08/2014 a Secretaria do Estado de Defesa Civil fez um levantamento e mapeamento as áreas com risco de movimento de massa e diagnosticou a cidade de Niterói como sendo a mais propensa a ocorrer tais consequências. Nas análises feitas pela Defesa Civil o maior problema desastre natural que acontece é o deslizamento, depois temos as inundações, alagamentos, enxurradas e incêndios florestais.

c) Conceituando o Risco

A Lei 12608 de Abril de 2012 institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), autorizando a criação de sistema de informações e monitoramento de

desastres. Essa lei declara que a união dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem adotar as medidas cabíveis para a redução dos riscos de desastre. Consta também que a imprevisibilidade quanto a algum risco de desastre não é impedimento para adoção de medidas preventivas.

A PNPDEC deve se integrar as demais políticas do território para que haja a promoção do desenvolvimento sustentável. A PNPDEC tem por objetivo: reduzir os riscos de desastres; estimular o desenvolvimento de cidades resilientes e os processos sustentáveis de urbanização; monitorar os mais diversos eventos que podem causar desastres; estimular o ordenamento da ocupação do solo urbano e rural com segurança.

O papel do Corpo de Bombeiros Militar do estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) é prevenir incêndios, evitar a perda de vidas humanas e bens, limitar os incêndios, extinguir incêndios, realizar busca e salvamento, realizar ações de Defesa Civil, prestar socorros, produzir normas de orientação técnica. (Lisboa, 2005)

O Corpo de Bombeiros encontra problemas/limitações em emergências de massa, devido aos problemas de comando, coordenação e organização aliado a dificuldade de comunicação e de suporte logístico. (Lisboa, 2005) Afeta conjuntamente a carência de um número adequado no quadro de bombeiros (ou efetivo) da corporação, material e viaturas, inviabilizando a ação deles e a sua rapidez e melhor atendimento. Aliado a tudo isso o acesso as localidades também torna um empecilho devido aos constantes engarrafamentos e a própria localidade, em alguns casos e regiões.

A lei da PNPDEC tem por iniciativa o desenvolvimento da consciência nacional acerca dos riscos de desastre e as ações de proteção e defesa civil entre os elementos da gestão territorial e do planejamento das políticas setoriais.

O termo risco é utilizado por diversas áreas da ciências, em geral, é colocado como potencial, susceptibilidade, vulnerabilidade. Utilizamos, dentro de outros pontos de vista, a ideia de pressentir que algo venha acontecer, tornar-se realidade. (Dagnino, 2007)

A saída para este dilema é reconhecer a probabilidade de estarmos sempre mais ou menos equivocados nas nossas certezas, e que devemos contar com as experiências e percepções dos outros, sejam de uma cultura comum, sejam completos estranhos. Dessa forma, a interpretação sobre a possibilidade de algo ser definido como risco deve ser composta pela experiência e honestidade individual do pesquisador, aliada à memória coletiva daqueles que já viveram algo semelhante. (Dagnino, 2007)

Os tipos de risco: naturais, tecnológicos, sociais e ambientais. O risco natural está ligado aos agentes internos e externos modeladores da terra, podendo se ligar a outros riscos proporcionando modificações em diferentes e diversas escalas. Podemos citar alguns tipos como: tectônicos, magmático, climáticos, geomorfológicos (nele encontramos o ravinamento, movimento de massa, desabamento e deslizamento), hidrológicos, dentre outros. São riscos que ocorrem independentes da ação humana, são incontrolláveis, e muitas vezes imprevisíveis, porque fazem parte da dinâmica terrestre. O risco tecnológico leva em consideração a produção tecnológica, o trabalho e o homem, quando há esse sincronismo tem ligação com a tecnologia. No risco social há um englobamento dos diversos riscos porque em todos está inserido o ser humano. Entretanto, podemos separar entre os exógenos e endógenos. Os exógenos tem ligação com o homem e a sua tecnologia, conectando com o tipo de administração das diferentes escalas globais e territoriais. No endógeno são levados em conta os elementos naturais, como inundações, epidemias e secas.

Os riscos sociais são complexos, carecem de uma gama vasta de variáveis, necessitando que haja uma compreensão multidisciplinar (de vários especialistas), das mais diversas áreas) desde a ciência humana, sociais, políticas até a ciência física. No caso do risco ambiental leva-se em consideração os riscos dos processos naturais levando em consideração a interjeição humana e os riscos naturais interligados.

O risco é sempre um objeto social. Seja quando uma comunidade ou indivíduo específico são atingidos, vivenciam ou sofrem com um risco natural ou telúrico que, de certa forma, independe de suas ações diretas, seja quando um determinado grupo industrial polui um rio à montante e uma comunidade de pescadores sofre com isso à jusante; assim, o homem é o centro do nosso interesse. (Dagnino, 2007)

Indo mais além, e levando em consideração a presença do homem, podemos falar de um risco antropogênico, devido à forte interação existente do homem com a terra. Esse risco é relacionado a outros, que seriam os riscos construídos e produtivos. Essas são simplesmente as transformações ocorridas em espaços naturais ligadas a uma ocupação socioeconômica produtiva e, a outra é a produção e suas formas em lugares indevidos, respectivamente.

De acordo com Milton Santos (2014) há um problema nessa conceituação de risco. Não há como se compreender os efeitos do processo sem compreender a relação

social que está intrínseca, porque o espaço tem sua própria realidade conectada a sociedade. Porque essa relação que vai especificar a forma, a função, a estrutura e o processo. Quando há uma mudança aparece uma nova organização espacial que muda a sociedade, as formas assumem novas funções.

d) Judicialização do risco

O Ministério Público age em função de uma coletividade e de ações na qual procura reduzir as ameaças ao meio ambiente. O Ministério Público é um mecanismo de controle social, político e econômico, e é independente. É regido como algo primordial para a sua orientação; os seguintes princípios: da prevenção, informação e o desenvolvimento. Portanto, o Ministério Público está num papel de resguardo para o bom funcionamento do meio ambiente. Quando se fere o meio ambiente é tido como crime ambiental. O Ministério Público diferentemente dos debates de risco compreende o homem como parte do debate, levando em consideração o lado social presente nas situações. Este assunto está tão em pauta que esse ano teve o segundo encontro nacional do Ministério Público de proteção à Fauna, tendo como objetivo o intercambio e o compartilhamento de informações.

O risco passa a fazer parte da ação do Ministério Público quando se fala em meio ambiente, na qual entendesse por meio ambiente tudo aquilo que nos cerca. A judicialização do risco passa pelo entendimento da proteção, preservação de tudo isso. Entretanto, nos dias de hoje, estamos sendo infestados de informações, sejam elas boas ou ruins. Visto que o bom e o ruim é dado de um ponto de vista pessoal. Se fosse de um ponto de vista ético que teríamos certos embates a serem travados. Por conta disso, lembramos que o conceito de ética de acordo com um mero e útil dicionário, não querendo tratar a ética um tanto quanto filosófico, mas seria o “conjunto de princípios e condutas que norteiam a boa conduta do ser humano.” (Ferreira, 2007) Partindo desse ponto de vista, tentamos analisar um pouco da ação das mídias com a ajuda do autor Guy Debord (2003) no seu livro “A sociedade do Espetáculo”.

O autor explica que “O mundo sensível é substituído por uma seleção de imagens que existem acima dele, ao mesmo tempo em que se faz reconhecer como o sensível por

excelência” (Debord, 2003, p. 29). A sociedade do espetáculo está interessada na quantidade de sua produção de informações, e não na qualidade das informações. Ela não se esquentava com a linguagem, com a conduta, se o que é transmitido é o real. A mercadoria passa a ser o desenvolvimento da economia da população. A economia transforma o mundo, mas transforma o mundo em algo que só faz parte do mundo da economia, incluindo a mercadoria como fator principal. Na indústria da informação Debord (2003) lembra que:

A pseudonatureza na qual o trabalho humano se alienou exige prosseguir ao infinito o seu serviço e este serviço, não sendo julgado e absolvido senão por ele próprio, obtendo, de fato, a totalidade dos esforços e dos projetos socialmente lícitos, como seus servidores. A abundância das mercadorias, isto é, da solução mercantil, não pode ser mais que a sobrevivência aumentada. (Debord, 2003, p. 31)

O que estamos buscando questionar aqui é a ação das mídias em relação às “verdades” e as realidades da transmissão de suas informações. Questiono se eles estão empenhados a transmitir o que realmente veem ou se estão interessados em fazer sensacionalismo? Essa dúvida muitas vezes, não é questionada por parte da população que passa a dar como verdade, real tudo que é veiculado pela mídia. Desse modo, vemos o desastre como O Morro do Bumba uma omissão por parte da mídia e do Estado sendo acobertado pela própria mídia. Porque o Morro do Bumba em sua essência era chamado de Lixeira pelos antigos moradores da região e a mídia veiculou como Morro do Bumba. Outra omissão foi a não veiculação dos estudos da UFF sobre as possíveis localidades que poderiam vir a sofrer desastres futuramente, porque estavam em risco. Nem mesmo o Estado se pronunciou sobre fato nem passou para a população que é para quem ela deveria prestar conta. Com isso, passa para o poder judiciário o papel de resolver aquilo que cabia ao Estado através de outros meios, constitucionais resolver.

A espetacularização rende uma alienação social fazendo com que os homens não pensem, não raciocinem, apenas sejam “engolidos” por notícias sem um tom de questionamento mas apenas por espetáculo. Há uma invisibilização por parte da ação, gerando apenas um comoção social que se torna cada vez mais frequente e natural, onde não há uma ruptura, uma quebra de paradigma. “O espetáculo é o momento em que a mercadoria chega à ocupação total da vida social” (Debord, 2003, p32). As mídias estão interessadas em passar o máximo de informações e não se importa, na maioria das vezes, com o contexto em que está inserida a notícia. Assim se faz presente a espetacularização, o

caso do Morro do Bumba no ano de 2015 parece que nada aconteceu e tudo foi solucionado. Mas se você passar em várias áreas de risco percebe-se que nada mudou, e pode haver novas enchentes e deslizamentos. Como mostra o mapa dos registros dos desastres naturais de 1910 a 2010, não houve uma mobilização por parte do Estado, das mídias e nem da população para que tentasse solucionar os problemas que persistem a anos.

Nobert Elias em seu livro “Sobre o Tempo” (1998), lembra que a consciência humana é mais atingida pela repetição das experiências do que pela sucessão de anos que não voltarão. Ou seja, a sociedade do espetáculo está sempre mais atenta ao ciclo, uma naturalização da repetição. Não há uma ruptura, está sempre atenta nos fatores que são recorrentes.

Por conta de todos esses fatores acaba como havia dito recaindo sobre o poder judiciário como mostra a reportagem do Jornal Fluminense no dia 02/02/2015:

Figura 2 – Imagem do Jornal Fluminense

CIDADES

Niterói: Justiça determina providências em área de risco

02/02/2015

Tamanho da fonte: A- A+

Município e a Emusa foram condenados a adotarem medidas para amenizar riscos na encosta da Rua Antônio Furtado de Mendonça, no bairro de Santa Bárbara

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro obteve na Justiça a condenação do Município de Niterói e da Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento (Emusa) a adotarem medidas para minimizar os riscos na encosta da Rua Antônio Furtado de Mendonça, bairro Santa Bárbara, na Sub-Região Caramujo.

A medida foi tomada a partir de ação civil pública originária de inquérito civil instaurado para apurar reclamações de uma moradora. De acordo com o relato, duas crianças teriam morrido soterradas em decorrência de deslizamento de terra. Durante as investigações, a Defesa Civil atestou que a referida área é íngreme, com convergência de fluxo d'água e com inúmeras ocupações irregulares de baixo padrão construtivo e dispostas de forma desordenada.

Na inicial, o MP RJ ressaltou que nenhum investimento teria sido feito na região para a segurança dos moradores, apesar do relatório da Defesa Civil, que recomendava intervenções estruturais no local.

De acordo com a sentença, o município e a Emusa terão que remanejar moradores e reassentá-los com a devida assistência social, demolir casas em áreas de risco, realizar obras de drenagem e contenção entre outras medidas.

Procurada, a Prefeitura de Niterói informou que se pronunciará quando notificada.

O Fluminense

Publicidade:

PRIMEIRA PÁGINA

POLÍCIA
Mais duas companhias de policiamento para Niterói

CIDADES
Pedágio da BR-101 mais caro a partir desta segunda

POLÍTICA
Em chapa única, deputado Jorge Picciani é eleito presidente da Alorj

CIDADES
Defensoria do Rio fará relatório sobre realidade de cadeias em São Gonçalo

Fonte:

<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/justicadeterminaprovidenciasemareasderiscoemsantabarbara>, 2015.

Essa reportagem mostra como o Estado através de seus órgãos negligenciam algumas áreas em detrimento de outras e cabe ao poder judiciário intervir nas áreas para

que seja tomada providencias. Outra constatação foi a falta de documentos e pesquisas nos órgãos e prefeituras. Inicialmente fomos no Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), o ITERJ só trabalha apenas por demanda. Como um órgão que busca democratizar o acesso à terra, só atende se a comunidade for lá e encaminhar um pedido para então ser analisado e feita regularização da localidade que houve demanda. Devia ser algo que o próprio Estado deveria estar intervindo e procurando saber para ordenar melhor o seu espaço. Isso tudo foi feita na tentativa de saber um pouco mais da história da localidade do Morro Bumba, mas foi em vão. Posteriormente, nos encaminhamos a sede da prefeitura para procurar alguma informação na Secretaria de Urbanismo e Mobilidade de Niterói também foi em vão. Como uma cidade como Niterói, não sabe sua própria história? E mais, quando perguntado sobre o Morro do Bumba na secretaria as pessoas mostrem indiferença. Aí está a omissão do Estado que falamos.

Capítulo 3 – Processo de Urbanização, Riscos e Problemas Ambientais em Niterói: Compreendendo a Área de Estudo

a) Compreendendo a área de estudo

Niterói fica localizado na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, como o mapa a seguir mostra:

Figura 3 – Mapa da Divisão Regional do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ), 2014.

O Município se divide da seguinte forma, são 5 regiões de planejamento, sendo elas: Praias da Baía, Norte, Pendotiba, Oceânica e Leste). Essa divisão de regiões foi desenvolvida através do Plano Diretor de Niterói de 1992 (Niterói, 1992). Essas regiões foram divididas levando em consideração o parcelamento do solo, a tipologia, o uso das edificações, os aspectos socioeconômicos e físicos. (Sousa, 2014).

Figura 4 – Mapa da Divisão Regional de Planejamento de Niterói



Fonte: CECT, 1996.

Niterói possui 52 bairros, sendo que há pouco tempo houveram modificações nas divisões dos bairros devido ao grande especulação imobiliária que vem modificando a nomenclatura e a divisão de alguns bairros para modificar o cenário imobiliário, fazendo com que haja uma maior valorização em algumas áreas e deixando outras mais valorizadas. Essa mudança de nomenclatura sempre foi uma prática por parte do estado para valorizar algumas áreas em detrimento de outras, e em Niterói não é diferente.

[illegible]

Fonte: www.urbanismo.niterói.rj.gov.br/pemas, 2014.

b) Relações entre Estado, sociedade e espaço geográfico: contexto dos riscos e classes sociais

As relações existentes no capitalismo refletem na matriz territorial, a divisão social do trabalho reflete a divisão social territorial, nos levando a ter um “espaço serial, fracionado, descontínuo, parcelário, celular e irreversível da divisão taylorista do trabalho” (Polantzas, 2000, p.102). Essa nova divisão do territorial do espaço é chamada por Polantzas de Espaço moderno, o qual é a separação territorial capitalista que gera isolamentos, redimensiona fronteiras, criando e recriando novos seguimentos.

Ora, o que é importante, não é esse deslocamento de fronteiras, mas o surgimento de fronteiras no sentido moderno, ou seja de limites deslocáveis numa trama serial e descontínua que fixa em todo lugar o dentro e o fora (Polantzas, 2000, p. 103)

Esse espaço que leva a uma homogeneização, nos remetendo ao dentro e o fora. Ora, quem está dentro faz parte das relações existentes naquela localidade, quem está fora não participa dessas relações. Assim, gera a segregação social e espacial do espaço. Essa segregação é a reflexo da divisão social dos processos de trabalho na divisão desigual espacial. O próprio Estado através dos seus aparelhos (exército, escola, burocracia centralizada e prisões) monopoliza os meios de organização do espaço. (Polantzas, 2000, p103-104). Polantzas (2000) nos lembra que:

Os indivíduos modernos são os componentes do Estado-nação moderno: o povo-nação do Estado capitalista é o ponto de convergência de um espaço cujas fronteiras são os contornos pertinentes das tomadas de poder materiais e de seus sustentáculos. A cadeia segmentada desses elos individualizados esboça o interior do território nacional como decupagem estatal de exercício de poder. O território nacional não passa da figura política do balizamento ao nível do Estado total e as cidades tornam-se cidades “dominadas” e “disciplinadas” pelo Estado de que fala Braudel. Os trabalhadores diretos são libertados do solo apenas para serem certamente enquadrados nas fábricas, mas também pelas famílias no sentido moderno, escolas, prisões, cidades, enfim pelos territórios das nações. (Polantzas, 200, p. 104)

O Estado detém o poder sobre o as relações existentes no território. Essa relação do materialismo com o territorial, gera uma cidade dual, desigual. Porque através do materialismo passado para o território, a sociedade começa a se formar e tomar forma definidas pelo poder econômico. Com isso, vemos no caso do Rio de Janeiro, a presença de favelas perto de casas luxuosas, aparece uma estratificação social que se torna perceptível no território.

De modo geral, a classe que detém mais poder econômico escolhe as melhores áreas para morar, estratificando através do poder econômico as áreas de moradia. Por sua vez, ficam para os menos abastados as áreas periféricas que são áreas no caso do Rio de Janeiro, de um certo modo, mais íngremes, devido ao descuido por parte do Estado no planejamento e na gestão territorial do espaço geográfico. Essas áreas são de terreno acidentado devido ao relevo presente no Rio de Janeiro como mostra o mapa abaixo. A cor mais clara é a parte de hipsometria¹ mais baixa e a parte escura é de hipsometria mais alta, portanto temos um relevo acidentado.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

IBGE
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

MINAS GERAIS

ESPIRITO SANTO

MAPA FÍSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MINAS GERAIS

SÃO PAULO

ATLÂNTICO

OCEANO

LEGENDA

RELEVO

Altitude em metros

0 - 200

200 - 500

500 - 1000

1000 - 1500

1500 - 2000

2000 - 2500

2500 - 3000

3000 - 3500

3500 - 4000

4000 - 4500

4500 - 5000

5000 - 5500

5500 - 6000

6000 - 6500

6500 - 7000

7000 - 7500

7500 - 8000

8000 - 8500

8500 - 9000

9000 - 9500

9500 - 10000

10000 - 10500

10500 - 11000

11000 - 11500

11500 - 12000

12000 - 12500

12500 - 13000

13000 - 13500

13500 - 14000

14000 - 14500

14500 - 15000

15000 - 15500

15500 - 16000

16000 - 16500

16500 - 17000

17000 - 17500

17500 - 18000

18000 - 18500

18500 - 19000

19000 - 19500

19500 - 20000

20000 - 20500

20500 - 21000

21000 - 21500

21500 - 22000

22000 - 22500

22500 - 23000

23000 - 23500

23500 - 24000

24000 - 24500

24500 - 25000

25000 - 25500

25500 - 26000

26000 - 26500

26500 - 27000

27000 - 27500

27500 - 28000

28000 - 28500

28500 - 29000

29000 - 29500

29500 - 30000

30000 - 30500

30500 - 31000

31000 - 31500

31500 - 32000

32000 - 32500

32500 - 33000

33000 - 33500

33500 - 34000

34000 - 34500

34500 - 35000

35000 - 35500

35500 - 36000

36000 - 36500

36500 - 37000

37000 - 37500

37500 - 38000

38000 - 38500

38500 - 39000

39000 - 39500

39500 - 40000

40000 - 40500

40500 - 41000

41000 - 41500

41500 - 42000

42000 - 42500

42500 - 43000

43000 - 43500

43500 - 44000

44000 - 44500

44500 - 45000

45000 - 45500

45500 - 46000

46000 - 46500

46500 - 47000

47000 - 47500

47500 - 48000

48000 - 48500

48500 - 49000

49000 - 49500

49500 - 50000

50000 - 50500

50500 - 51000

51000 - 51500

51500 - 52000

52000 - 52500

52500 - 53000

53000 - 53500

53500 - 54000

54000 - 54500

54500 - 55000

55000 - 55500

55500 - 56000

56000 - 56500

56500 - 57000

57000 - 57500

57500 - 58000

58000 - 58500

58500 - 59000

59000 - 59500

59500 - 60000

60000 - 60500

60500 - 61000

61000 - 61500

61500 - 62000

62000 - 62500

62500 - 63000

63000 - 63500

63500 - 64000

64000 - 64500

64500 - 65000

65000 - 65500

65500 - 66000

66000 - 66500

66500 - 67000

67000 - 67500

67500 - 68000

68000 - 68500

68500 - 69000

69000 - 69500

69500 - 70000

70000 - 70500

70500 - 71000

71000 - 71500

71500 - 72000

72000 - 72500

72500 - 73000

73000 - 73500

73500 - 74000

74000 - 74500

74500 - 75000

75000 - 75500

75500 - 76000

76000 - 76500

76500 - 77000

77000 - 77500

77500 - 78000

78000 - 78500

78500 - 79000

79000 - 79500

79500 - 80000

80000 - 80500

80500 - 81000

81000 - 81500

81500 - 82000

82000 - 82500

82500 - 83000

83000 - 83500

83500 - 84000

84000 - 84500

84500 - 85000

85000 - 85500

85500 - 86000

86000 - 86500

86500 - 87000

87000 - 87500

87500 - 88000

88000 - 88500

88500 - 89000

89000 - 89500

89500 - 90000

90000 - 90500

90500 - 91000

91000 - 91500

91500 - 92000

92000 - 92500

92500 - 93000

93000 - 93500

93500 - 94000

94000 - 94500

94500 - 95000

95000 - 95500

95500 - 96000

96000 - 96500

96500 - 97000

97000 - 97500

97500 - 98000

98000 - 98500

98500 - 99000

99000 - 99500

99500 - 100000

100000 - 100500

100500 - 101000

101000 - 101500

101500 - 102000

102000 - 102500

102500 - 103000

103000 - 103500

103500 - 104000

104000 - 104500

104500 - 105000

105000 - 105500

105500 - 106000

106000 - 106500

106500 - 107000

107000 - 1075

Campos (2012) explica a situação do espaço favelado, a população favelada é, muitas vezes, levada a essas áreas devido aos interesses da classe dominante. Geralmente, há uma intenção de (re)valorizar um território que ele chama de “desconstrução do espaço urbano” para outros empreendimentos, ou como foi o caso do desastre do Morro Bumba, que serve para marcar de erros do passado. O autor fala do método de retirada dos moradores das regiões e suas realocações, se falando na maioria das vezes em “alto risco de deslizamento” e insalubridade”. A fala do autor se contrapõe em um aspecto, no qual muitas vezes não há possíveis riscos nessas áreas, por conta de inúmeros fatores. Porém, é importante levar em consideração que há uma problemática nessa fala. O Estado negligencia os problemas e cria medidas de resolução de problemas pontuais e emergenciais. Aí que está a questão! Se o Estado que domina o poder sobre o território como nos lembra Lemos (2000), cabe a ele monitorar, planejar e buscar soluções cabíveis para as áreas de risco e explorar as potenciais possibilidades de acontecer desastres naturais. Entretanto, o Estado se

omite das responsabilidades e passa a ser mero expectador. Quando o Estado chega com o discurso de que a população favelada deve ser localidade deve sair para um outro lugar qualquer, a população desconfia. Ora, o Estado sempre defende a classe dominante. Quando o Estado busca de alguma maneira modificar o território que ela mesmo negligência, encontra dificuldade. Percebemos em diversas situações que o Estado retirar as pessoas do lugar e não as coloca em situações melhores ou nas mesmas condições que estavam. Um caso específico foi o apartamento do Morro do Bumba, que foi entregue após muito tempo de sua caída, aos moradores e estava rachado:

Figura 7 – Imagem das rachaduras do Prédio entregue aos moradores do Morro do Bumba



Fonte: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2013/03/26/morro-do-bumba-podera-ter-cpi-dos-desabrigados/>, 2015.

Essa imagem demonstra como o Estado trata a sua população favelada, por conta disso a uma medo, receio por parte da população em sair das suas residências para acatar o que o Estado manda. Contudo, o Estado utiliza técnicas de exercício do poder para praticar suas ações. Esse recurso é explicado por Michel Foucault em seu livro “Vigiar e Punir” e que Nicos Polantzas fala em seu livro “O Estado, o poder, o socialismo) também. O Estado se utiliza da lei e do terror para conseguir o que quer. A repressão nas classes dominantes é feita através da lei, “a lei é, nesse sentido, o código da violência pública organizada”

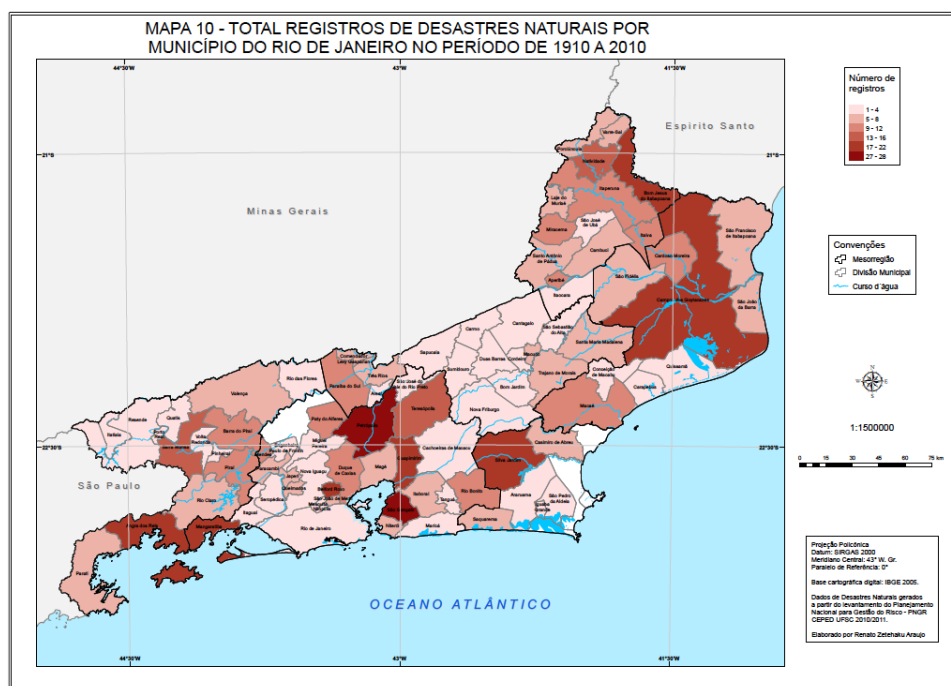
(Polantzas, 2000, p. 75). Porém, quando eles não conseguem inculcar uma ideologia que faça através de lei e de normatizações alcançar o que querem, passam para a violência física.

c) O caso do Morro do Bumba e suas negligências

Esse modo de agir por parte do Estado gera uma gestão falha e um planejamento omissos as preocupações que deveriam ser atendidas. Essa ação por parte do Estado é pontual e emergencial como disse anteriormente. O exemplo é o Morro do Bumba onde sabia-se que estava sendo construída casas em cima de uma área que foi há décadas passadas um lixão. Estava sendo colocada uma população em um risco de movimento de massa e de explosão, devido a presença do gás metano. Além desse problema tinha o lixo produzido pela cidade de Niterói começou a partir da década de 70 ir para a área do Viçoso Jardim, mais conhecido como Lixeira. Com a chegada do Lixão na localidade a área ficou um ambiente impactado, por conta de todas as causas que envolve um lixão. O lixo traz consigo problemas como a infestação de animais causadores de doenças, chorume, liberação de gás metano, problemas respiratórios e de pele. Essas são algumas das causas de um lixão, diferente do que o local era, com áreas verdes. Principalmente, porque o lixão não tinha cuidados e tratamentos que deve ser recebido para não ter tantos impactos na região e não danificar o lençol freático. Esse impacto faz com que economicamente a área ao redor fique mais desvalorizada. Por conta disso, é necessário fazer um estudo municipal ou até estadual para saber onde deve ser implantado um lixão. Esse estudo deve ser feito e divulgado seu resultado para a população, porque ele tem um impacto muito grande na vida urbana.

Junto com o acontecido na Região do Morro Bumba, ocorreu em outras localidades do Rio de Janeiro inúmeros outros incidentes. Com isso, fomos buscar antigos acontecimentos na região do Rio de Janeiro. O mapa a seguir mostra os registros de desastres naturais no Rio de Janeiro no período de 1910 a 2010:

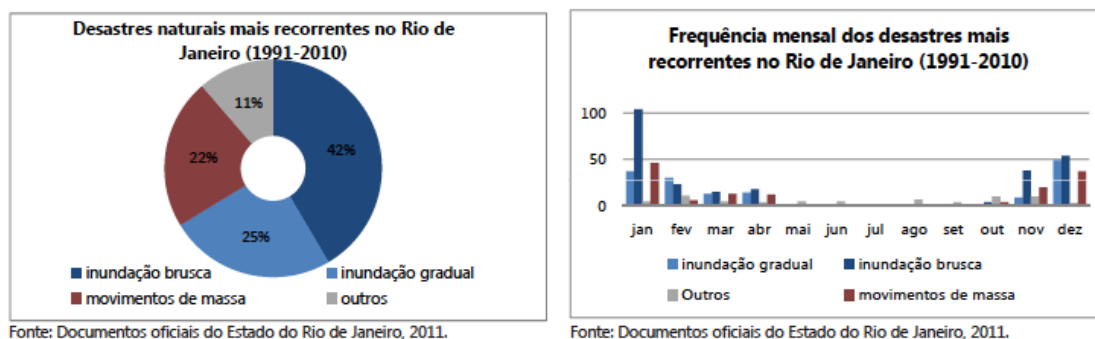
Figura 8 – Mapa do Total de Registros de Desastres Naturais por município do Rio de Janeiro no período de 1910 a 2010



Fonte: Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1990 a 2001. Volume do Rio de Janeiro. CEDEP.UFSC. 2011.

Esse mapa nos mostra que as cidades mais atingidas são: São Gonçalo, Petrópolis, Angra dos Reis, Mangaratiba, Silva Jardim, Campos dos Goytacazes, Bom Jesus de Itabapoana e Belford Roxo. No quadro a seguir vemos os principais desastres naturais e o período de sua frequência.

Figura 9 – Mapas dos desastres naturais mais recorrentes no Rio de Janeiro e frequência mensal dos desastres mais recorrentes no Rio de Janeiro



Fonte: Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1990 a 2001. Volume do Rio de Janeiro. CEDEP.UFSC. 2011.

A partir desse quadro podemos notar que a inundação brusca é o principal desastre que ocorre no Estado do Rio de Janeiro. O período de ocorrência é o que marca o desastre e a sua frequência, porque nessa época está no verão, estação que ocorre intensas chuvas de convecção, são as famosas pancadas de verão que é acompanhada de uma chuva forte e de curta duração fazendo com que ocorra uma rápida concentração de chuva no estado. E se os municípios não tiverem precavidos para essa época fica propenso a ocorrer problemas. Por esse fator, também se faz importante um planejamento atrelado a uma boa gestão para que possam solucionar os problemas e não apesar tentar saná-los após os acontecimentos como é o caso da instalação de sirenes em diversos pontos do Rio de Janeiro para alertar a população. A instalação de sirenes é uma medida paliativa, não é a resolução do foco da área de risco.

De acordo com a Defesa Civil os desastres naturais, no caso movimentos de massa, ocorridos no Rio de Janeiro teve maior incidência no período de 1991 a 2010 nos municípios de São Gonçalo, Petrópolis, Angra dos Reis e Piraí. O maior registro de incidências foi em Petrópolis com 17 registros e depois São Gonçalo com 16 registros, sendo estes dados coletados do Atlas Brasileiro de desastres naturais da Universidade Federal de Santa Catarina (2011).

Considerações Finais:

Esse trabalho foi elaborado para fechar algumas lacunas mas também abre outras a respeito dessa discussão que é tão grande e abrangente. As lacunas abertas se devem principalmente pela falta de informações que nos deu muito trabalho para (re)elaborar essa temática. Na parte do Morro do Bumba faltam informações que não foram encontradas, falando do início do processo de favelização em Niterói. Entretanto, essas carências tentaram ser sanadas com a busca da articulação com os conceitos de Estado, produção social do Rio de Janeiro e o planejamento o ambiental.

Esse texto tenta chamar atenção para a justiça social e a questão da cidadania em meio a esse capitalismo desenfreado que invisibiliza e exclui a classe menos abastada. Mostramos que o classe hegemônica domina e organiza o território da sua forma. No início a pesquisa se tratava da compreensão do Morro do Bumba mas percebemos que ia além, precisaríamos buscar mais conceitos para abarcar essa temática. A causa do desastre vai além da questão física, técnica perpassa pela compreensão da produção social do espaço, que é segregado. Percebemos que há uma omissão do Estado nas regiões que correm risco ambiental e que precisa recorrer ao judiciário para que possa tentar uma solução. É perceptível que o município de Niterói está preocupado com sua imagem e seu padrão de qualidade de vida ao invés de atribuir políticas voltadas para combater as desigualdades sociais.

Se faz necessário uma prefeitura que faça cumprir seu papel e coloque o planejamento ambiental e políticas públicas que melhorem as habitações dessa população e parem de ser intervenções pontuais para uma ruptura e melhoria das condições de vida dessas pessoas. Este trabalho tem como propósito tentar visibilizar o invisível, a população excluída.

Referências Bibliográficas:

BERNARDES, Lysia M. C; SOARES, Maria Therezinha de Segadas. Rio de Janeiro Cidade e Região. Rio de Janeiro: PMRJ/Biblioteca Carioca, 1987. 159 p.

CAMPOS, Andreilino. Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro/Andreilino Campos. – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana / Manuel Castells; tradução Arlete Caetano. – 6ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2014. (Coleção Pensamento Crítico; v.48)

DAGNINO, Ricardo de Sampaio; CARPI JUNIOR, S. Risco Ambiental: conceitos e aplicações. CLIMEP. Climatologia e Estudos de Paisagem, v. 2, p.50-87, 2007.

ELIAS, Nobert. Sobre o Tempo / Nobert Elias; editado por Michael Schröter; tradução, Vera Ribeiro; revisão técnica, Andrea Daher. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 1998.

ESTATUTO DA CIDADE. Estatuto da Cidade: guia para implantação pelos municípios e cidadãos. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicação, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. 1910-1989. Aurélio: o dicionário da língua portuguesa / Aurelio Buarque de Holanda Ferreira; coordenação de edição Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira; equipe de lexicografia Margarida dos Anjos... [et al.]. – Curitiba: Positivo, 2007.

LAGO, L.C. Política urbana e a questão habitacional: novas tendências face à crise econômica brasileira. Cadernos IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro n.1, 1992.

_____. Desigualdade Socioespacial e Mobilidade Residencial na Metrópole do Rio de Janeiro: novas tendências em tempo de crise. Rio de Janeiro n.2, p.57-76, 1996)

LEFEBVRE, Henri. O Direito à cidade / Henri Lefébvre; Tradução Rubens Eduardo Frias, São Paulo: Centauro, 2001.

LOGUERCIO, J.F.C. Morro do Bumba, Etnografando a Transformação de uma paisagem sob múltiplos olhares: da invisibilidade à tragédia, uma página que não deve ser virada. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2013.

_____. Estudo do Bairro Viçoso Jardim em Niterói-RJ. I: VI Encontro Nacional da Anppas, 2012, Belém do Pará. VI Encontro Nacional da Anppas: livro de resumos. Belém do Pará: NAEA, 2012. V. Único.

MATTOS, S. H. V. L.; PEREZ FILHO. A. Complexidade e estabilidade em sistemas geomorfológicos: Uma introdução ao tema. Revista Brasileira de Geomorfologia, Campinas, Ano 5, Nº 1, p. 11-18. 2004.

MOREIRA, RUY. Formação do espaço agrário brasileiro. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

NITERÓI. Lei Municipal Nº 1157/92. Plano Diretor de Niterói. Prefeitura Municipal de Niterói (PMN). Niterói: 1992.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Petrópolis: Ed. Vozes, 1972.

POLANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder, o Socialismo. 4ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000. (p. 47-121)

RODRIGUES, Cleide. A teoria geossistêmica e sua contribuição aos estudos geográficos e ambientais. Revista do Departamento de Geografia da USP, 14, p.69-77. São Paulo. 2001

RIBEIRO, Ana Clara T. CAMPOS, Andreino, SILVA, CatiaAntonia. Cartografia da ação e movimentos da sociedade: desafios das experiências urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

_____. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. Cadernos IPPUR, Ano XV, N.2 e Ano XVI, N.1, 2001 e 2002.

_____. O fato metropolitano- enigma e poder. Cadernos IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 110 – 120, 1986.

_____. SILVA, C. A., CAMPOS, Andreino. Cartografia da ação e movimentos da sociedade: desafios das experiências urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, v.1.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira / Milton Santos. – 5. Ed., 3. Reimpre. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

_____. O Espaço do Cidadão / Milton Santos. – 7.ed., 1. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SMOLKA, M.O.; O nexos urbano-imobiliário e a política habitacional: Repensando as alternativas. Cadernos IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1989.

SOARES, Antonio. Às Margens Plácidas do Rio Calimbá: crônicas dos bairros Cubango e Viçoso Jardim / Antonio Soares; {ilustrações Antonio Soares}. – Niterói, RJ: Niterói Livros, 2004.

SOUSA, Rodrigo Victor de. Estudo de caso da “tragédia” do Morro do Bumba: um processo de segregação no espaço urbano de Niterói / Rodrigo Victor de Sousa. – 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 3ª ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2004.

SOUZA, J.M.; AZEVEDO, T M L S. A metáfora da Chuva: Vidas Alagadas no mar de lixo. In: Quem Planeja o território? Atores, Arenas e Estratégias, 2011, Rio de Janeiro. XIV Encontro Nacional da ANPUR, 2011.

SILVA, Catia Antonia da (org.). Território e ação social: sentidos da apropriação urbana / Catia Antonia da Silva (org.). – Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

_____. Por uma geografia das existências: movimentos, ação social e produção do espaço / Catia Antonia, Andreilino Campos, Nilo Sérgio d’Ávila Modesto. – Rio de Janeiro: Consequência, 2004.

_____. (Org.) Pensamento Vivo e humanismo concreto em Ana Clara Torres Ribeiro. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014, v.1. p.79.

TOMINAGA, Lúcia Keiko; SANTORO, Jair; AMARAL, Rosângela do (orgs.). Desastres naturais: conhecer para prevenir / Organizadores Lúcia Keiko Tominaga, Jair Santoro, Rosângela do Amaral – 2ª ed. – São Paulo: Instituto Geológico, 2012.

Sites Consultados:

http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14070 - acesso 12/12/2015

<http://www.mpambiental.org/site/schedule/3> - acesso 12/12/2015

http://papegeo.igc.usp.br/scielo.php?pid=S0101-90822008000100016&script=sci_arttext – acesso 12/12/2015